

Plano Municipal de Educação Pacujá — Ceará.



DÉCADA 2015 - 2024

*Prefeitura Municipal de Pacujá – Rua: 22 de Setembro, 374
Centro. Pacujá – Ceará. CEP: 62.180.000*

 Prefeita Municipal

Maria Lucivane de Souza

 Secretaria Municipal de Educação

Joana Darque de Almeida

 Equipe Técnica

I – Francisco Ed’ Carlos Almeida Sousa – Assessor Técnico da SME

II – José Douglas Gonçalves – Assessor Técnico da SME

III – Raimunda Nonata Rodrigues de Alcântara – Assessora Técnica da

SME IV - Dayana Marques Rodrigues – Técnica do Censo Escolar

 Comissão Técnica

I – José Silva de Abreu – Representante da Câmara Municipal

II – Karla Soraya de Almeida Sousa – Representante dos Profissionais da Educação

III – Michelle de Almeida Araújo – Representante dos Pais de Estudantes

IV – Raimunda Romana Castro – Representante da Escola de Ensino Médio

V – Raimundo Antonio Cunha Nery – Representante do CME – Conselho Municipal de Educação

 Colaboradores

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Finanças

Secretaria de Assistência Social

Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Lista de Tabelas

Tabela 1.1.– Índice de Desenvolvimento Municipal.

Tabela 1.2 – População Residente – 1991/200/2010.

Tabela 1.3 – População Recenseada por Sexo, segundo grupos de idade.

Tabela 1.4 – Abastecimento D'Água – 2012.

Tabela 1.5 – Esgotamento Sanitário – 2012.

Tabela 1.6 – Domicílios Particulares, Segundo Abastecimento D'Água.

Tabela 1.7 - Domicílios Particulares, Segundo tipos de Esgotamento Sanitário.

Tabela 1.8 – Consumo e Consumidores de Energia Elétrica.

Tabela 1.9 – Domicílios Particulares, Segundo Energia Elétrica e Lixo Coletado.

Tabela 1.10 – Crescimento do PIB Municipal – 2005 a 2009.

Tabela 1.11 – PIB municipal – 2012.

Tabela 1.12 Receitas e Despesas.

Lista de Quadros

Quadro 1.1 – Coordenadas e Limites Territoriais

Quadro 1.2 – População Residente Alfabetizada

Quadro 1.3 – Escolaridade, Segundo Estudo ou Nível de Instrução

Quadro 1.4 – Efetivo dos Rebanhos Quadro 1.5 – Produção

Agropecuária

Quadro 1.6 – Produção Agrícola/Lavoura Permanente

Quadro 1.7 – Produção Agrícola/Lavoura Temporária

Quadro 1.8 – Extração Vegetal

Quadro 1.9 – Profissionais Ligados ao SUS

Quadro 2.1 – Recursos Para a Educação

Quadro 2.2 – Recursos Totais da Educação

Quadro 2.3 – Salário do Professor por Nível

Quadro 2.4 – Valor Aluno/Ano no Estado

Quadro 2.5 – Percentual da população de 4 a 5 anos que frequentam a escola

Quadro 2.6 – Percentual da população de 0 a 3 anos que frequentam a escola

Quadro 2.7 – Percentual da população de 6 a 14 anos que frequentam a escola

Quadro 2.8 – Percentual da população com 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído

Quadro 2.9 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentam a escola

Quadro 2.10 – Taxa de escolaridade líquida do Ensino Médio/população de 15 a 17 anos

Quadro 2.11 – Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequentam a escola

Quadro 2.12 - Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ANO do ensino Médio

Quadro 2.13 – Percentual de Escolas públicas com pelo menos 7 Horas em atividades escolares

Quadro 2.14 – Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7 Horas em atividades escolares

Quadro 2.15 – IDEB observado / 2013 – 5º ANO

Quadro 2.16 – IDEB observado / 2013 – 9º ANO

Quadro 2.17 – Taxa de distorção idade / série

Quadro 2.18 – Taxa de aprovação

Quadro 2.19 – Taxa de reprovação

Quadro 2.20 – Taxa de abandono

Quadro 2.21 – Escolaridade média / População de 18 a 29 anos

Quadro 2.22 – Escolaridade média / População de 18 a 29 anos residente em área rural

Quadro 2.23 – Escolaridade média / População de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres

Quadro 2.24 – Razão entre a escolaridade média da população negra e não negra de 18 a 29 anos

Quadro 2.25 – Percentual de Professores da Educação Básica com Pós-Graduação *Latu ou Stricto Sensu*

Quadro 2.26 - Dependências Administrativas

Quadro 2.27 – Quadro de Professores

Quadro 2.28 – Relação Professor / Aluno
Quadro 2.29 – Fluxo Escolar

Lista de Gráficos

Gráfico 1.1 – Abastecimento D'Água e Esgotamento Sanitário.

Gráfico 1.2 – Distribuição de Matrícula no Município.

Gráfico 1.3 – Distribuição do Número Total de Professores atuando por Modalidade de Ensino

Gráfico 1.4 – Série Histórica da Matrícula na Rede municipal.

Gráfico 1.5 – Crescimento do PIB.

Gráfico 1.6 – Distribuição da População Urbana e Rural, Segundo percepção de Renda.

Gráfico 2.1 – Servidores na Educação Municipal.

Gráfico 2.2 – Matrículas na educação Infantil.

Sumário

APRESENTAÇÃO

1 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O MUNICÍPIO

- 1.1 – Aspectos Históricos
- 1.2 - Aspectos Geográficos
- 1.3 – Aspectos Fisiográficos
- 1.4 – Aspectos Demográficos
- 1.5 – Infraestrutura do Município
- 1.6 – Escolaridade
- 1.7 – Aspectos Econômicos
- 1.8 – Receitas e Despesas
- 1.9 – Agropecuária
- 1.10 – Pobreza e Transferência de Renda
- 1.11 – Assistência Social
- 1.12 - Saúde

2 – RECURSOS DA EDUCAÇÃO/2014

- 2.1 – Financiamento da Educação
- 2.2 – Diagnóstico da Situação Educacional
- 2.3 – Alfabetização de Jovens e Adultos
- 2.4 – Ensino Superior
- 2.5 – Gestão Democrática
- 2.6 – Informações Adicionais

3 - METAS E ESTRATÉGIAS

4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apresentação

A educação constitui elemento essencial para o desenvolvimento humano, compreendendo as relações sociais, políticas, históricas e culturais dos indivíduos. É importante que toda a sociedade esteja empenhada e acompanhe junto aos entes federados, o desenvolvimento da educação e a melhoria das condições de equidade oferecidas, a fim de possibilitar a apropriação do conhecimento para todos. Isto torna possível a construção dos consensos necessários à sustentabilidade do sistema e à promoção das mudanças, visando a qualidade da educação e a valorização de seus profissionais em todo território pacujaense.

Com este pensamento e a responsabilidade de sistematizar as propostas e organizar o texto base do Plano Municipal de Educação de Pacujá (PME/PACUJÁ), para o decênio 2015 a 2024, a Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal da Educação (SME) constitui em Agosto de 2014, uma comissão, com técnicos representantes da equipe gestora da SME, e de Representantes da Sociedade.

Este Plano Municipal de Educação de Pacujá, em construção, tem suas metas e estratégias alinhadas ao Plano Nacional de Educação, e, em articulação com os entes federados, propõe consolidar o Sistema Municipal de Educação deste Município. O mesmo retrata inicialmente os aspectos históricos, econômicos, e culturais de Pacujá, bem como o diagnóstico educacional atual, e as metas e estratégias a serem alcançadas, visando atender a proposta do referido plano e oferecer a população uma educação com qualidade. O mesmo retrata inicialmente os aspectos históricos, econômicos, e culturais do município de Pacujá, bem como o diagnóstico educacional atual, e as metas e estratégias a serem alcançadas, visando atender a proposta do referido plano e oferecer a população uma educação com qualidade.

Espera-se que o mesmo possa servir de subsídio tanto para a gestão atual quanto para outras gestões, oferecendo cada vez mais uma educação geradora de avanços na qualidade de vida dos pacujaenses.

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O MUNICÍPIO 1.1 Aspectos Históricos



Centro Histórico de Pacujá

Pacujá é uma cidade do Estado do Ceará, Brasil. Localiza-se na microrregião de Sobral, mesorregião do Nordeste cearense. A palavra Pacujá tem origem Tupi e significa “Fruto da Pacova”, uma variedade de banana. Também quer dizer “Folha de Enrolar”.

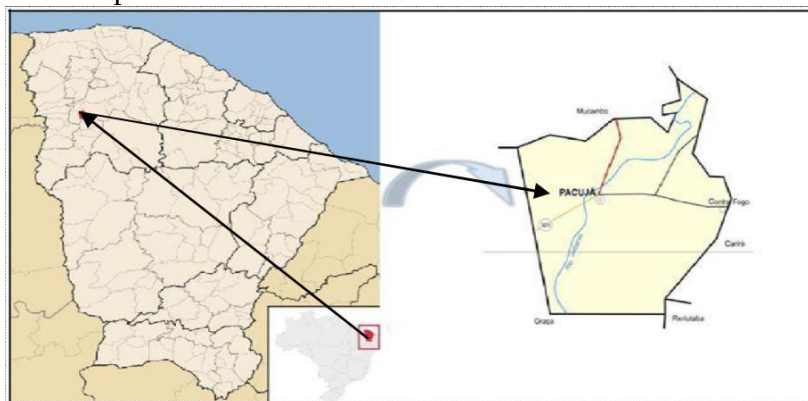
Suas origens remontam ao século XIX em terras doadas por Dona Maria Nepomuceno, conhecida como Maria dos Tinguís, para a construção da casa de pedra onde funcionava a capela de São Vicente de Paulo, pertencente a família; Nesse período era chamado de Vila Belmonte e pertencia ao município de São Benedito. O Distrito foi criado com a denominação de Pacujá no ano de 1957, pela lei estadual nº 3692, de 17 de julho de 1957. O padroeiro da cidade é São João Batista.



Capela de São João Batista em 1950

1.2- Aspectos Geográficos

O Município de Pacujá pertence ao Estado do Ceará, mais especificamente à microrregião de Sobral, mesorregião do Noroeste Cearense IBGE (2010). A **Figura** apresenta a localização do Município no Estado do Ceará.



Localização do município de Pacujá no Estado do Ceará.

Fonte: Adaptado de Wikipédia (2013) e IPECE (2013).

demais municípios cearenses, são explícitos na Tabela 3.3. Nesta, encontra-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera informações sobre longevidade, educação e renda, bem como o Índice de Desenvolvimento do Município (IDM), no qual são observados quatro conjuntos de indicadores: fisiográficos, fundiários e agrícolas (que incluem pluviometria e salinidade de água, demográficos e econômicos, de infraestrutura de apoio e sociais (que incluem mortalidade infantil e cobertura de abastecimento de água). O primeiro e o quarto conjunto de indicadores do IDM são os que trazem mais parâmetros associados aos serviços de saneamento básico ou aqueles que são influenciados por estes serviços.

Tabela 1.1

Índices	Município		Estado
	Valor	Ranking Municipal	Valor
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), 2008	28,06	91	29,14
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), 2000	27,80	63	26,19
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 2000	0,639	74	0,700

Fonte: IPECE (2011) e PNUD (2011).

Tabela 1.2

População Residente – 1991/2000/2010

Discriminação	População Residente					
	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	5.006	100,00	5.653	100,00	5.986	100,00
Urbana	2.292	45,79	3.276	57,95	3.723	62,20
Rural	2.714	54,21	2.377	42,05	2.263	37,80
Homens	2.416	48,26	2.715	48,03	2.902	48,48
Mulheres	2.590	51,74	2.938	51,97	3.084	51,52

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991/2000/2010.

Tabela 1.3

População Recenseada, por Sexo, Segundo os Grupos de Idade - 2000/2010

Grupos de idade	População Residente					
	Total		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total	5.653	5.986	2.715	2.902	2.938	3.084
0 – 4 anos	616	441	320	225	296	216
5 – 9 anos	651	519	312	247	339	272
10 – 14 anos	736	664	360	367	376	297
15 – 19 anos	579	607	308	301	271	306
20 – 24 anos	444	522	218	257	226	265
25 – 29 anos	351	435	166	225	185	210
30 – 34 anos	350	415	156	206	194	209
35 – 39 anos	335	340	161	161	174	179
40 – 44 anos	241	387	115	179	126	208
45 – 49 anos	221	345	100	165	121	180
50 – 59 anos	442	472	207	216	235	256
60 – 69 anos	326	429	131	195	195	234
70 anos ou mais	361	410	161	158	200	252

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 2000/2010.

1.5 - Infraestrutura do Município

Tabela 1.4**Abastecimento de Água - 2012**

Discriminação	Abastecimento de água		
	Município	Estado	% sobre o total do Estado
Ligações reais	1.764	1.566.268	0,11
Ligações ativas	1.662	1.457.664	0,11
Volume produzido (m³)	102.673	387.198.985	0,03
Taxa de cobertura d'água urbana (%) (1)	97,35	93,40	-

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE).

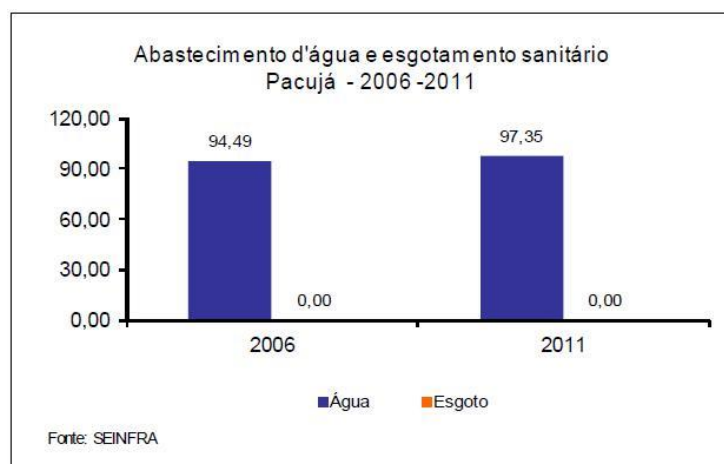
(1) Dados referente à 2011.

Tabela 1.5**Esgotamento Sanitário - 2012**

Discriminação	Esgotamento sanitário		
	Município	Estado	% sobre o total do Estado
Ligações reais	-	493.930	-
Ligações ativas	-	468.501	-
Taxa de cobertura urbana de esgoto (%) (1)	-	34,62	-

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE).

(1) Dados referente à 2011.

Gráfico 1.1**Tabela 1.6****Domicílios particulares permanentes segundo as formas de abastecimento de água - 2000/2010**

Formas de abastecimentos	Município				Estado			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Total	1.362	100,00	1.749	100,00	1.757.888	100,00	2.365.276	100,00
Ligada a rede geral	693	50,88	1.242	71,01	1.068.746	60,80	1.826.543	77,22
Poço ou nascente	168	12,33	27	1,54	360.737	20,52	221.161	9,35
Outra	501	36,78	480	27,44	328.405	18,68	317.565	13,43

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 2000/2010.

Tabela 1.7

Domicílios particulares permanente segundo os tipos de esgotamento sanitário - 2000/2010

Tipos de esgotamentos sanitários	Município				Estado			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Total (1)	1.362	100,00	1.749	100,00	1.757.888	100,00	2.365.276	100,00
Rede geral ou pluvial	455	33,41	670	38,31	376.884	21,44	774.873	32,76
Fossa séptica	207	15,20	147	8,40	218.682	12,44	251.193	10,62
Outra	164	12,04	808	46,20	731.075	41,59	1.167.911	49,38
Não tinham banheiros	536	39,35	124	7,09	431.247	24,53	171.277	7,24

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 2000/2010.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração da existência de banheiro ou sanitário.

Tabela 1.8

Consumo e consumidores de energia elétrica - 2012

Classes de consumo	Consumo (mwh)	Consumidores
Total	3.429	2.476
Residencial	1.776	1.679
Industrial	1	2
Comercial	311	160
Rural	637	565
Público	704	70
Próprio	-	-

Fonte: Companhia Energética do Ceará (COELCE).

Tabela 1.9

Domicílios particulares permanente segundo energia elétrica e lixo coletado - 2000/2010

Discriminação	Município				Estado			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Total	1.362	100,00	1.749	100,00	1.757.888	100,00	2.365.276	100,00
Com energia elétrica	1.294	95,01	1.737	99,31	1.568.648	89,23	2.340.224	98,94
Com lixo coletado	615	45,15	1.206	68,95	1.081.790	61,54	1.781.993	75,34

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 2000/2010

1.6 - Escolaridade (fonte: ibge / censo 2012)

O levantamento foi elaborado a partir dos censos demográficos disponibilizados pelo DATASUS que, por sua vez, utiliza fontes do IBGE.

Para cálculo da distribuição percentual da população acima de 15 anos segundo a escolaridade declarada (nível de instrução ou anos de estudo), foram utilizadas as estimativas intercensitárias disponibilizadas pelo DATASUS.

Para o censo de 2010, a escolaridade declarada foi classificada nas seguintes categorias: a) sem instrução/1º ciclo fundamental incompleto; b) 1º ciclo fundamental completo/2º ciclo incompleto; c) 2º ciclo fundamental completo ou mais; d) não determinada. No Censo de 2000 a escolaridade foi classificada em: a) menos de 1 ano de estudo; b) 1 a 3 anos de estudo; c) 4 a 7 anos de estudo; d) 8 anos e mais de estudo; e) alfabetização de adultos; f) não determinada. Já o censo de 1991, com exceção da categoria alfabetização de adultos, utilizou as mesmas categorias do Censo de 2000.

Quadro 1. 2

População Residente Alfabetizada	4.118 Pessoas
População Residente que Frequentava Creche ou Escola.	2,075 Pessoas

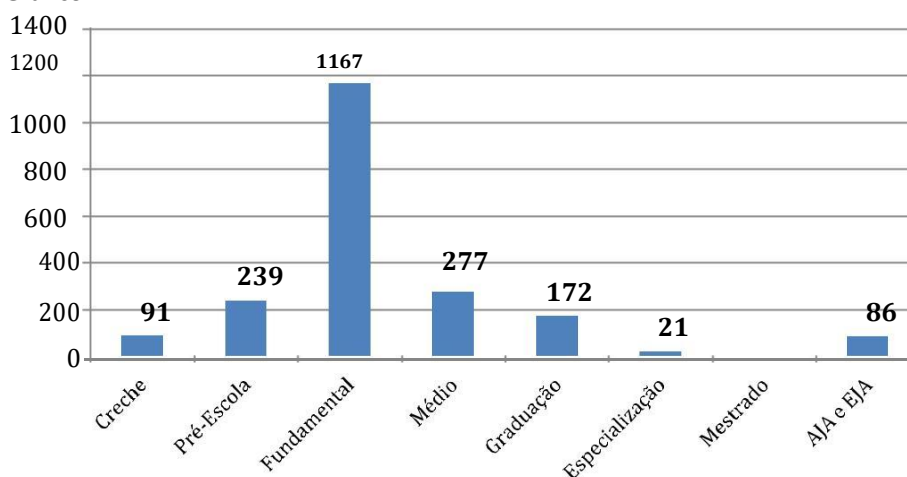
Pesquisa mostra a escolaridade (anos de estudo ou nível de instrução) das pessoas acima de **15 anos**, por zona urbana e rural.

Quadro 1. 3

Sem instrução / Fundamental I Incompleto	1.697 Pessoas	
Fundamental II Completo ou Mais	1.620 Pessoas	
Fundamental I Completo / Fundamental II Incompleto	595 Pessoas	
Não Determinado	434 Pessoas	

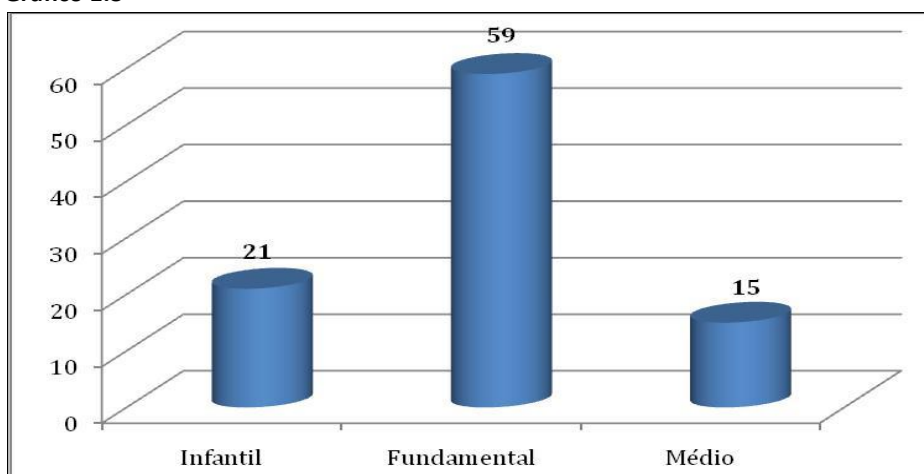
Distribuição das matrículas do Município de Pacujá – CE no ano de 2010.

Gráfico 1.2



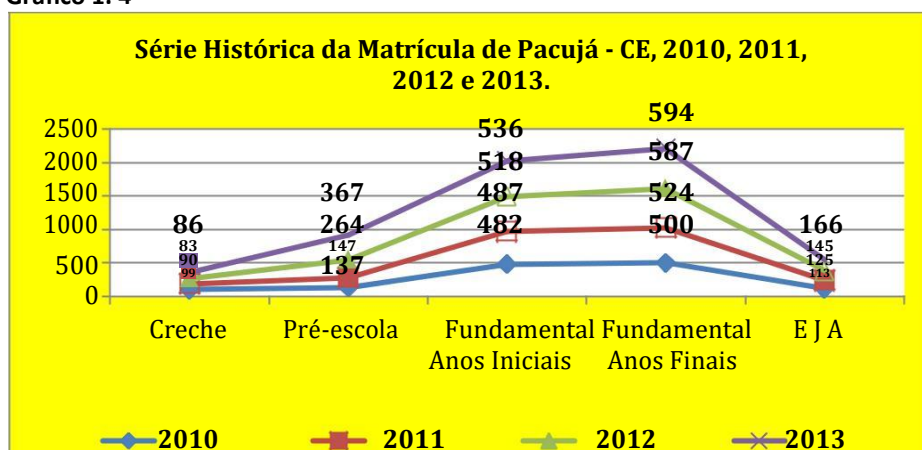
Distribuição do número total de Professores atuando no município de Pacujá – CE, por modalidade de ensino, no ano de 2012.

Gráfico 1.3



Série Histórica da matrícula da rede municipal de Pacujá - CE, 2010, 2011, 2012 e 2013.

Gráfico 1. 4



1.7 - Aspectos Econômicos

Indicador que demonstra a evolução da economia municipal, o Produto Interno Bruto (PIB) de Pacujá apresentou aumento de 37% no período de 2005 a 2009. No mesmo período, o PIB per capita cresceu (35%). O maior nível de crescimento dos indicadores ocorreu no período 2005-2006. Os resultados encontram-se na **Tabela e** na **Figura**, considerando valores nominais (preços correntes), ou seja, sem efeito inflacionário.

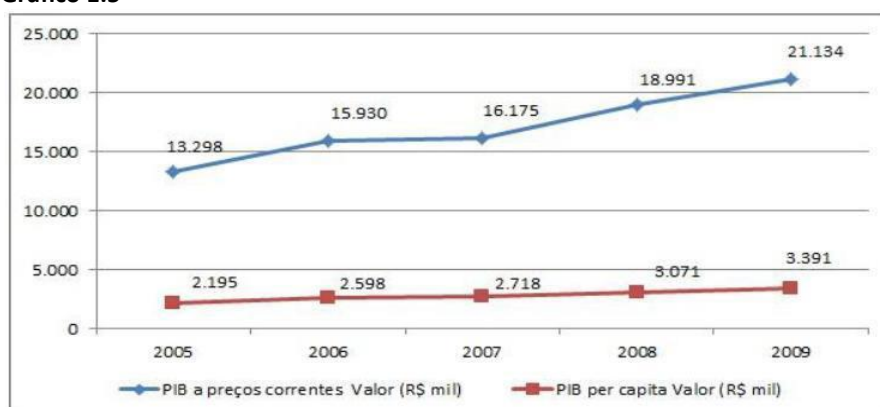
Crescimento do Produto Interno Bruto de Pacujá – 2005 a 2009.

Tabela 1.10

Ano	PIB a preços correntes		PIB <i>per capita</i>	
	Valor (R\$ mil)	Variação (%)	Valor (R\$ mil)	Variação (%)
2005	13.298	-	2.195	-
2006	15.930	14	2.598	16
2007	16.175	2	2.718	4
2008	18.991	15	3.071	11
2009	21.134	10	3.391	9

Fonte: Adaptado de IBGE (2011) e IPECE (2011).

Gráfico 1.5



O resultado do PIB municipal de Pacujá, superior a 20 milhões em 2009, teve maior participação do setor de serviços, com mais de 3/4 do montante. Ainda no Município, os setores agropecuário e industrial, segundo e terceiro mais expressivos, respectivamente, tiveram desempenhos semelhantes.

Tabela 1.11

PIB		Município	Estado
PIB a preços correntes (R\$ mil)		21.134	65.703.761
PIB per capita (R\$)		3.391	7.687
PIB Setorial	Agropecuária (%)	10,08	5,10
	Indústria (%)	12,09	24,51
	Serviços (%)	77,83	70,38

Fonte: Adaptado de IBGE (2011) e IPECE (2012)

Comparativamente aos valores de PIB do Estado, que, em 2009, foi de 65.703 milhões de reais, o PIB municipal participa com menos de 0,1% do montante estadual. Já o PIB per capita cearense foi de 7.687 reais em 2009, sendo o indicador do município, 44% do indicador estadual. Isto demonstra fragilidade social e econômica. O valor do PIB per capita, relativamente reduzido, indica também baixa capacidade de pagamento da população.

Esta condição ocorre, em especial, por 49,3% dos domicílios do Município não apresentarem rendimento, bem como 21,8% e 22,7% dos domicílios, respectivamente, terem renda mensal per capita de até 1/2 e 1 salário mínimo, em 2010 (valor salarial de R\$ 510,00), conforme dados do IBGE.

Em Pacujá, existem 508 empregos formais, sendo 232 ocupados por pessoas do sexo masculino e 276 ocupados por pessoas do sexo feminino.

1.8 - Receitas e Despesas

A situação das finanças municipais pode ser analisada pela observação das suas receitas e despesas. As receitas correntes constituem o principal componente de entrada (95,87%), sendo as transferências correntes como maior fonte de receita (92,19%) nesta rubrica. Estas transferências são compostas de participação na receita da União, com destaque à cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), superior a sete milhões de reais; bem como na receita do Estado, com destaque à cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), superior a dois milhões de reais.

Tabela 1.12

Receitas	Valor		Despesas	Valor	
	(R\$ mil)	%		(R\$ mil)	%
Receita total	12.397	100	Despesa total	14.608	100
Receita corrente	11.885	95,87	Despesas correntes	12.300	84,20
Receita tributária	129	1,04	Pessoal e encargos sociais	6.313	43,22
Receita de contribuições	-	-	Juros e encargos da dívida	-	-
Receita patrimonial	216	1,75	Outras despesas correntes	5.986	40,98
Receita de serviços	0	0,0	Despesas de capital	2.308	15,80
Transferências correntes	11.429	92,19	Investimentos	2.183	14,94
Outras receitas correntes	110	0,92	Inversões financeiras	-	-
Total	512	4,31	Amortização da dívida	125	0,86

Fonte: Adaptado de TCM (2011) *apud* IPECE (2012).

Portanto, com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional para o ano fiscal de 2011, verifica-se saldo negativo nas contas públicas do município, de 2.211 reais. O saldo das finanças demonstra baixa capacidade de investimento por parte do município, sendo imprescindível o aporte de recursos dos demais entes da federação (União e Estado), uma vez que os custos das intervenções em saneamento básico, em geral, são bastante elevados.

1.9 - Agropecuária

A agricultura do Município de Pacujá, conforme CENSO AGROPECUÁRIO 2013 / IBGE, envolve bovinos (1.715 cabeças), caprinos (1.638 cabeças) e ovinos (1.951 cabeças).

A produção, em pequena escala, de grão, oleosênógenos, e extrativismo vegetal A pecuária envolve bovinos (1.715 cabeças), caprinos (1.638 cabeças) e ovinos (1.951 cabeças).

Efetivo dos Rebanhos / Pacujá / 2013.

Quadro 1. 4

Discriminação	Quantidade
Bovinos	1.715 Cabeças
Caprinos	1.638 Cabeças
Equinos	146 Cabeças
Galináceos (<i>galinhas</i>)	4.011 Cabeças
Galináceos (<i>total</i>)	10.626 Cabeças
Ovinos	1.951 Cabeças
Suínos (<i>matrizes</i>)	674 Cabeças
Suínos (<i>total</i>)	2.678 Cabeças

Produção Pecuária / Pacujá / 2013.

Quadro 1. 5

Discriminação	Quantidade
Leite de Vaca (<i>quantidade</i>)	159.000 L.
Leite de Vaca (<i>Valor</i>)	286.000 R\$
Vacas Ordenhadas (<i>quantidade</i>)	339 Cabeças
Ovos de Galinha (<i>quantidade</i>)	20.000 dúzias
Ovos de Galinha (<i>valor</i>)	80.000 R\$

Produção Agrícola – Lavoura Permanente / Pacujá / 2013.

Quadro 1. 6

Produto	Area Colhida/ha	Area Destinada/ha	Qnt. Produzida/t	Rendimento Médio	Valor da Produção / R\$
Castanha de Cajú	113 ha	113 ha	16 t	142 kg/ha	24.000 R\$
Banana	10 ha	10 ha	50 t (cacho)	5.000 kg/ha (cacho)	23.000 R\$

Produção Agrícola – Lavoura Temporária / Pacujá / 2013.

Quadro 1. 7

Produto	Area Colhida/ha	Area Plantada/ha	Qnt. Produzida/t	Rendimento Médio	Valor da Produção / R\$
Arroz (em casca)	63 ha	63 ha	4 t	63 kg/ha	3.000 R\$
Feijão (em grãos)	945 ha	945 ha	118 t	125 kg/ha	281.000 R\$
Mandioca	54 ha	120 ha	78 t	1.444 kg/ha	32.000 R\$
Milho (em grãos)	945 ha	945 ha	113 t	120 kg/ha	88.000 R\$

Extração Vegetal / Pacujá / 2013.

Quadro 1. 8

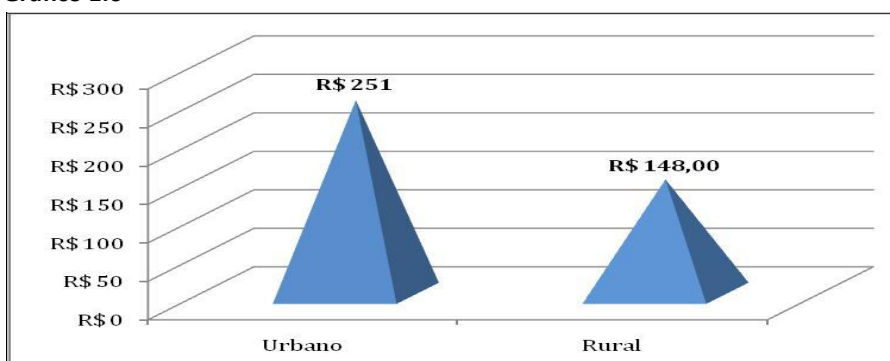
Produto	Area Colhida/ha	Area Plantada/ha	Qnt. Produzida/t	Rendimento Médio	Valor da Produção / R\$
Cera-Carnauba-Pó	-	-	35 t	-	145.000 R\$
Madeira-Carvão Vegetal	-	-	24 t	-	15.000 R\$
Madeiras-Lenha	-	-	9. 857 m ³	-	86.000 R\$

1.10 - Pobreza e Transferência de Renda

No município de Pacujá a transferência de renda é feita através de Programas Federais como Bolsa Família e Bolsa Estiagem e serve como estratégia para garantir a sobrevivência de famílias e indivíduos pobres e extremamente pobres. A transferência monetária para famílias pobres complementa a renda dessas famílias permitindo a retirada de crianças e adolescentes da rua e de trabalhos precoces e penosos, interrompendo o ciclo vicioso e intergeracional de reprodução da pobreza.

Distribuição da população residente segundo a percepção de renda, Zona Urbana e Zona Rural, Pacujá - CE, 2012.

Gráfico 1.6



1.11 - Assistência Social

A Assistência Social em Pacujá através da Secretaria desempenha uma diversidade de trabalhos executados por equipes que compõem os Programas e Projetos sociais, que atendem crianças, jovens e adolescentes, idosos, pessoas especiais, gestantes e até recém-nascidos. Atualmente destaca-se na redução da pobreza através do Programa do Governo Federal Bolsa Família, realizando há mais de uma década cadastros diariamente com completa estrutura para melhor atender os mais de mil beneficiários como também presta apoio oferecendo cursos e oficinas que ajudam na geração de renda as famílias do município.

Na Proteção Social Especial, o município conta com o Centro de Referência de Assistência Social- **CRAS** com atendimento diversificado, ou seja, atendimento psicossocial, Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à família e indivíduos.

1.12 - Saúde

Os serviços de saúde propiciam a melhoria das condições de saúde da população através de ações de vigilância e de intervenções governamentais, assegurando promover, proteger e recuperar a saúde.

As unidades de saúde permitem e facilitam, o acesso mais rápido à resolução dos problemas de saúde da população. Pacujá dispõe de 4 (quatro) unidades de saúde pública, de acesso universal, denominadas de Sistema de Assistência Suplementar à Saúde.

O Programa de Saúde da Família (PSF) é uma estratégia voltada para o atendimento primário no município, com o objetivo de prestar assistência à população local na promoção da saúde, com prevenção, recuperação e reabilitação. O grupo do PSF de Pacujá é composto por uma equipe de **54** multiprofissionais alocados em unidades básicas de saúde, incluindo **15** agentes comunitários que realizam visitas domiciliares em torno da unidade, obtendo informações capazes de dimensionar os principais problemas de saúde que afetam a comunidade. Ademais, são profissionais que levam até a população difusa soluções, para estes problemas.

Profissionais de Saúde ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) de Pacujá – 2014

Quadro 1.9

Discriminação	Quantidade
Agentes Comunitários de Saúde	15
Dentistas	3
Enfermeiros	5
Médicos	4
Outros Profissionais da Saúde / Nível Médio	17
Outros Profissionais da Saúde /Nível Superior	10
TOTAL	54

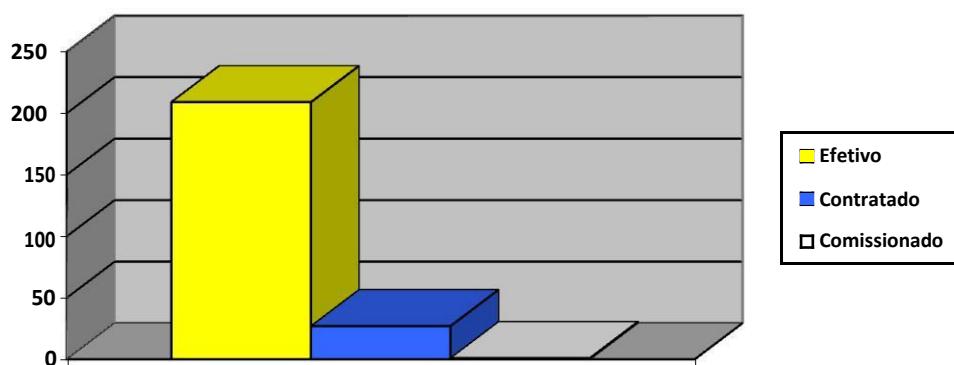
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde / 2014

2. RECURSOS DA EDUCAÇÃO/2014

Fonte: SISTEMA:Aspec Informática – UNIDADE RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal de Pacujá.

A Administração Municipal conta com 237 servidores no setor da Educação, entre os quais 88,18% são estatutários, 11,39% são contratados e 0,42% cargo comissionado. Entre 2002 e 2014 o município não realizou concurso público.

Gráfico 2.1



2.1. Financiamento da Educação

O Município recebe, anualmente, verbas de três fontes fixas de recursos públicos para a educação escolar, ou seja: 25% ou percentual fixado pela Lei Orgânica de seus impostos (IPTU, ISS, ITBI) e as transferências (ITR, IPVA, IRRFSM), sendo, 60% exclusivamente para o ensino fundamental e 40% para o ensino fundamental e educação infantil; 10%, ou percentual que exceder a 15% dentro do fixado pelo MDE pela Lei Orgânica – do FPM, IPI, - Exportação, ICMS para o ensino fundamental e educação infantil; a transferência do FUNDEB integralmente para a educação básica, sendo 60% para pagamento de profissionais do magistério ou em efetivo exercício. Demonstrativos financeiros de arrecadamentos para o município de programas e repasses federais e estaduais para educação referente ao ano de 2014.

Quadro 2.1

Receitas (R\$)		Recursos para a Educação		Outras Receitas		Recursos Educação	
FPM	7.173.914,17	5%	358.695,72	ICMS	3.866,077,61	5%	193.303,8
				C/P			8
IOF	-	-	-	IPVA	85.135,66	5%	4.256,78
				C/P			
LC 87/96	13.496,04	5%	674,80	ITR	380,58	5%	19,03
				C/P			
CIDE	1.419,18	-	-	IPTU	2.661,70	25 %	665,43
				C/P			
FUNDEB	3.474.498,48	100 %	3.474.498,48	Total	3.954.255,55		
Total	10.663.328,17	100 %	3.474.498,48				

2.1.1 - Recursos Totais Da Educação

Quadro 2.2

Fontes	Valores(R\$)
Transferências Constitucionais	11.155.265,03
Outras Receitas	1.138.720,00
Salário Educação	149.525,57
TOTAL	12.443,510,06

2.1.2 - Salário Do Professor

Quadro 2.3

Nível Médio 40h	R\$ 1.697,37
Nível Superior 40 h	R\$ 1.753,37
Pós-Graduado	R\$ 2.016,37

2.1.3 - Folha De Pagamento da Educação – R\$ 242.595,57

2.1.4 - Valor Aluno/Ano no Estado: R\$ 2.285,57

Fonte: <http://www.fnade.gov.br/fnde/legislacao/portarias/item/5147-portaria-interministerial-n%C2%BA-19,-de-27-de-dezembro-de-2013>

Quadro 2.4

Etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino.		Fatores de ponderação*	Valores (R\$)
Creche em tempo integral	pública	1,30	***
	conveniada	1,10	***
Pré-escola em tempo integral		1,30	***
Creche em tempo parcial	pública	1,00	2.328,00
	conveniada	0,80	***
Pré-escola em tempo parcial		1,00	180,00
Anos iniciais do ensino fundamental	urbano	1,00	4.920,00
	no campo	1,15	400,20
Anos finais do ensino fundamental	urbano	1,10	5.702,40
	no campo	1,20	475,20
Ensino fundamental em tempo integral		1,30	***
Ensino médio	urbano	1,25	3.510,00
	no campo	1,30	***
Ensino médio em tempo integral		1,30	***
Ensino médio integrado à educação profissional		1,30	1.653,60
Educação especial		1,20	360,00
Educação indígena e quilombola		1,20	***
EJA com avaliação no processo		0,80	***
EJA integrada à EP nível médio, com avaliação no processo		1,20	216,00

2.2 - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL

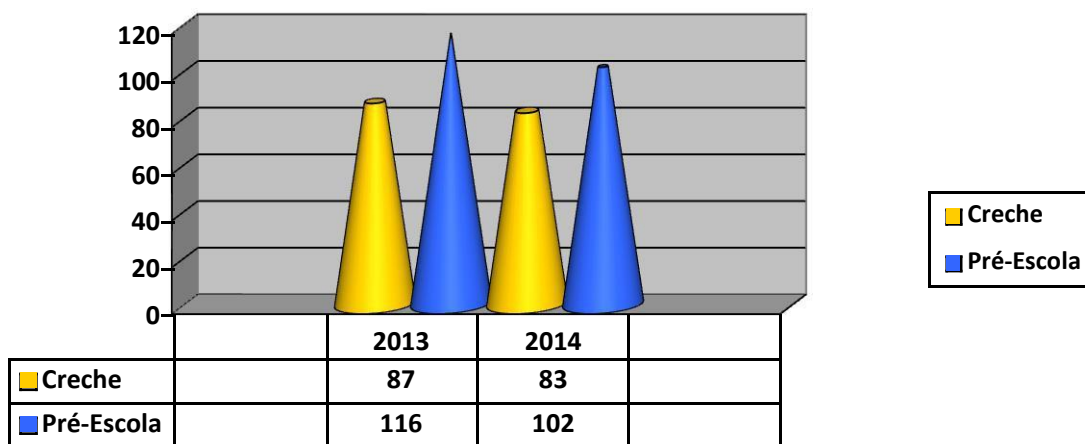
2.2.1 - Educação Infantil

A matrícula da educação infantil nos dois últimos anos apresenta uma queda mínima na Creche e na pré-escola.

Conforme a Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cabe aos sistemas municipais a responsabilidade maior por esses atendimentos. A Constituição da República diz que “A educação é direito de todos e dever do Estado”. A emenda constitucional n.º 14/96 alterou dispositivos relativos à educação e estabeleceu que a educação infantil é atribuição prioritária dos municípios.

Portanto, entendemos que esta proposta deve assegurar a identidade da educação infantil como processo de escolarização sistemática, contribuindo para o pleno desenvolvimento da criança, a partir de um referencial teórico consistente e relevante de acordo com a realidade das instituições de educação infantil e das necessidades apresentadas pela comunidade e, não somente o cumprimento da lei.

Gráfico 2.2



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Pacujá/2014

Através da série histórica observada a partir do gráfico acima, percebe-se uma diferença mínima da matrícula de 0 a 3 anos e uma queda na pré-escola, devido o pouco investimento e a redução no índice de natalidade. Mas sabemos que o foco não pode restringir.

No contexto da política educacional que ora se desenvolve no município, a ampliação do atendimento das crianças de 0 a 5 anos mostra-se absolutamente imprescindível para que o município possa avançar substancialmente naquilo que se estabelece como a meta

prioritária da gestão e a concretização do papel social da escola: **garantir o sucesso da aprendizagem das crianças e jovens**, assim como a sua formação pessoal, social e cidadã.

Ao observarmos as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação no *site* Planejando a Próxima Década no *link* construindo as metas de seu município em relação à educação infantil temos:

2.2.2 - Percentual da população de 4 e 5 anos que frequentam a escola.

Quadro 2.5

Brasil	Nordeste	Ceará	Noroeste cearense	Pacujá
81,4%	87%	93%	93,8%	98,7%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

2.2.3 - Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola.

Quadro 2.6

Brasil	Nordeste	Ceará	Noroeste cearense	Pacujá
23,2%	19,2%	22,1%	28,1%	32,6%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

O desafio para o município de Pacujá é a ampliação da oferta de vagas para a população de 0 a 3 anos e fazer o investimento e a qualificação no atendimento de 4 e 5 anos, realizar parceria com as Secretarias de Assistência Social e Saúde para a realização de um trabalho estratégico em busca da população fora da escola

2.2.3 - Ensino Fundamental

No ensino fundamental de 9 anos, o município de Pacujá possui uma população, na faixa etária de 6 a 14 anos, 993 que frequentam a escola. Isso se deve ao trabalho estratégico da Secretaria Municipal de Educação cujos resultados estão focados no acesso, permanência e sucesso escolar dos alunos. Haja visto que, de acordo com o *site fora da escola não pode!* A clientela de 6 a 10 anos encontra-se 100% na escola e com resultados satisfatórios.

Percentual da população de 6 a 14 anos que frequentam a escola.

Quadro 2.7

Brasil	Nordeste	Ceará	Noroeste cearense	Pacujá
98,4%	98,1%	98,8%	97,5%	98,5%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Percentual de pessoas com 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído

Quadro 2.8

Brasil	Nordeste	Ceará	Noroeste cearense	Pacujá
--------	----------	-------	-------------------	--------

66,7%	55,0%	64,5%	58,7%	67,3
-------	-------	-------	-------	------

Fonte: População IBGE Censo 2010 - Clientela atendida INEP/FNDE censo 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

Observa-se que a média alcançada pelo município a estas populações é significativa. Muito embora o mesmo ainda apresente dificuldades de distorção idade/serie e evasão procura concretizar ações que estejam voltadas para a melhoria da aprendizagem e de aumentar e manter o atendimento de forma satisfatória.

2.2.4 - Ensino Médio

Lutar pela qualidade social da educação é uma meta universal para todos os municípios do Brasil. Com a definição das metas nacionais, fica claro que não podemos trabalhar no município sem pactuar com todas as etapas da educação básica. Essa qualidade só vai acontecer se houver um pacto entre os entes federados pautados nos direitos e objetivos da aprendizagem para o ensino médio.

A meta 3 do Plano Nacional de Educação tem como indicadores a universalização do ensino médio até 2016 para toda a população de 15 a 17 anos e, elevar até o final da vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.

Quadro 2.9

Brasil	Nordeste	Ceará	Noroeste cearense	Pacujá
84,3%	83,1%	83,2%	81,4%	82,2%

Fonte: Município e Mesorregião – IBGE/Censo populacional – 2010

Em Pacujá, esses indicadores estão sendo monitorados sistematicamente pela 6ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE, tanto no que diz respeito ao atendimento quanto à taxa de matrícula. O município é parceiro em algumas ações pontuadas quando se trata de planejamento em rede.

Taxa de escolarização líquida no Ensino Médio da População de 15 a 17 Anos.

Quadro 2.10

Brasil	Nordeste	Ceará	Noroeste cearense	Pacujá
55,3%	46,4%	53,4%	46,1%	44,4

2.2.5 - Educação Inclusiva

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece: através do Art. 58ª a inclusão, ou seja, educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar, contudo para fazer

a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma boa rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais Educação inclusiva.

Diante disto procura fazer esse atendimento desenvolvendo trabalhos que fortaleçam essa modalidade de ensino, contudo apesar do que se vem fazendo ainda há necessidade de mais apoio principalmente no que diz respeito a formação de professores que ainda é muito lenta.

O Quadro 2.11 aponta os resultados desse atendimento que vem ao longo dos anos sendo fortalecida pela gestão comprometida com a melhoria da população.

Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola

Quadro 2.11

Brasil	Nordeste	Ceará	Noroeste cearense	Pacujá
85,8	85,0	85,7	85,6	87,2

Fonte: Estado, Região e Brasil- IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)- 2013

Fonte: Município e Mesorregião – IBGE/Censo populacional – 2010.

2.2.6 - Alfabetização das crianças 6 a 8 anos.

O município vem trabalhando muito ao longo de oito anos para melhorar o atendimento as crianças em todas as modalidades, mas dá sempre um destaque especial aos alunos que estão na fase de alfabetização e conclusão do 3º Ano, sem que haja evasão, repetência e ou abandono. O Quadro 2.12 deixa claro esse trabalho em prol da melhoria do nível de conhecimento da população uma vez que teve um acréscimo significativo no que diz respeito a permanência e resultados obtidos.

Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental

Quadro 2. 12

Brasil	Nordeste	Ceará	Noroeste cearense	Pacujá
97,6	95,0	94,2	80,4	78,9

Fonte: Estado, Região e Brasil- IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)- 2013

Fonte: Município e Mesorregião – IBGE/Censo populacional – 2010.

2.2.7 - Educação Integral

A Educação Integral no município de Pacujá foi implantada a partir do ano de 2012, com atendimento em três escolas da rede municipal atendendo 271 alunos. Atualmente o município é atendido com 50% das escolas e o Programa vem se destacando em todas as atividades propostas e a frequência dos alunos crescendo no dia-a-dia. As crianças atendidas desenvolveram-se principalmente na leitura e no campo do lazer são bem atendidas.

Percentual de Escolas públicas que permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares.

Quadro 2.13

Brasil	Nordeste	Ceará	Noroeste cearense	Pacujá
34,7	27,5	43,6	40,3	50,0%

Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7 h em atividades escolares.

Quadro 2.14

Brasil	Nordeste	Ceará	Noroeste cearense	Pacujá
13,2	14,7	18,3	17,9	16,2

Fonte: INEP/Censo Escolar da Educação Básica - 2013

Na Rede municipal de Pacujá o Programa Mais Educação atende atualmente 90 % da clientela das escolas que estão em atendimento neste ano de 2015.

2.2.8 - Qualidade do Ensino Fundamental

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no município de Pacujá teve uma elevação significativa nos últimos anos, comparando-se com as metas projetadas, como mostra o quadro

Toda essa elevação teve origem em um trabalho pautado no compromisso de melhorar o nível da Educação Básica do Município de Pacujá.

Resultado do IDEB Observado e Metas Projetadas de 2005 a 2013 / 2007 2021 – 4ª SÉRIE 5º ANO.

Quadro 2.15

Quadro 2.15									
					Ideb Observado				
Município	2005		2007		2009			2011	
Pacujá	3.3		3.3		3.6		4.6		4.8
					Metas Projetadas				
Pacujá	2007	2009		2011		2013	2015	2017	2019
	3.4		3.7	4.1		4.4	4.7	5.0	5.3
									5.6

FONTE: INEP / CENSO ESCOLAR 2013

Resultado do IDEB Observado e Metas Projetadas de 2005 a 2013 / 2007 a 2021 - 8ª SÉRIE/9º ANO.

Quadro 2.16

			Ideb Observado					
Município	2005		2007	2009		2011		2013
Pacujá	-		2.9	3.3		3.5		3.7
			Metas Projetadas					
Pacujá	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
	-	3.0	3.2	3.5	3.9	4.1	4.4	4.7

FONTE: INEP / CENSO ESCOLAR 2013

Como observa-se nos quadros acima , houve evolução significativa nas ultimas medições tanto no 5º ano quanto no 9º Ano. As projeções demonstram que o IDEB observado tanto no 5º ANO quanto no 9º ANO ultrapassaram a meta projetada no ultimo IDEB. As projeções demonstram o compromisso e o empenho em desenvolver um trabalho focando a realidade projetada.

2.2.9 - Taxa de Distorção Idade/Série

Quadro 2. 17

	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	Ensino Médio
Pacujá	7,0	27,0	19,0

FONTE: INEP / CENSO ESCOLAR 2013.

Taxa de Aprovação

Quadro 2.18

	Anos iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Pacujá	97,0	89,4	89,5

FONTE: INEP / CENSO ESCOLAR 2013.

Taxa de Reprovação dos Anos Iniciais , Anos Finais e Ensino Médio.

Quadro 2. 19

	Anos iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Pacujá	1,7	5,8	5,6

Taxa de Abandono dos Anos Iniciais , Anos Finais e Ensino Médio.

Quadro 2.20

	Anos iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Pacujá	1,3	4,8	4,9

FONTE: INEP / CENSO ESCOLAR 2013

2.3 - Alfabetização de jovens e adultos

No município de Pacujá, é ofertado o a educação de jovens e adultos, na modalidade Presencial, no nível fundamental, por meio das escolas de ensino regular, atendemos um total de 121 alunos segundo dados do Censo Escolar 2014. Nos anos de 2013 a 2015 nosso município foi contemplado com o Programa Pró-Jovem Urbano com atendimento a 200 alunos na modalidade de 5º ao 9º ANO.

Nos anos de 2013 a 2015, o município não foi atendido com a adesão ao Programa Brasil Alfabetizado.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.

Quadro 2. 21

Brasil	Nordeste	Ceará	Noroeste cearense	Pacujá
9,8	9,0	9,3	7,9	8,6

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural.

Quadro 2. 22

Brasil	Nordeste	Ceará	Noroeste cearense	Pacujá
7,8	7,4	8,2	6,9	7,5

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres.

Quadro 2. 23

Brasil	Nordeste	Ceará	Noroeste cearense	Pacujá
7,8	7,1	7,8	6,5	6,7

Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos.

Quadro 2. 24

Brasil	Nordeste	Ceará	Noroeste cearense	Pacujá
92,2	96,7	91,6	89,5	91,4

2.4 - Ensino Superior

Os pacujaenses que desejam ingressar no ensino superior tem que se deslocar até o município Sobral que é o maior polo universitário do interior do Estado do Ceará. Também existe a opção de cursos de graduação semipresencial ofertados em Pacujá pelas faculdades INTA.

2.4.1 - Profissionais de Educação

Em Pacujá atualmente contamos com a atuação de 95 professores efetivos, lotados nas 10 instituições da rede municipal de ensino, e na secretaria da educação do município, todos participam de formações continuada de acordo com o nível de atuação, além do plano de cargo e carreiras que beneficia e assegura todos os profissionais de carreira.

Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.

Quadro 2. 25

Brasil	Nordeste	Ceará	Noroeste cearense	Pacujá
30,2	24,5	24,0	19,7	18,9

2.5 - Gestão Democrática

No município de Pacujá a gestão democrática, enquanto condição para a melhoria da qualidade do ensino traz a discussão em âmbito nacional, estadual e municipal. Não podemos conceber essa melhoria sem a participação efetiva da comunidade na escola. A participação é entendida pelos estudiosos da Pedagogia como um processo complexo, que envolve valores, crenças, ideais, enfim, a busca constante pela participação e o trabalho coletivo, onde escola e comunidade dialoguem na perspectiva democrática de organização e gestão, indicando assim, caminhos para educação transformadora da sociedade. Portanto, é preciso fortalecer os vínculos, criando os organismos colegiados, fazendo-se cumprir o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9394/96) que *recomenda a instituição de conselhos escolares e a construção democrática e coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP)*.

Em nossas Instituições Escolares municipais e estaduais, temos implantadas, Unidades Executoras e sendo articulado os Conselhos Escolares. O desafio é o fortalecimento da atuação destes. No ano de 2014, participaram do Curso de Formação para Conselheiros Escolares 25 membros das diversas instituições de ensino entre elas rede estadual e municipal com certificados de 40 horas. Com estas ações estaremos assegurando a ampliação da participação da sociedade civil organizada, na escolha de seus representantes dentro dos organismos colegiados.

2.6. Informações adicionais

Número de Escolas no município de Pacujá por dependência administrativa

Quadro 2.26

Dependência administrativa	Localidade	Total de escola
Estadual	Urbana	2
Municipal	Urbana	4
	Rural	6
Privada	Urbana	2
Total		14

2.6.1 - Quadro de Professores

Quadro 2.27

Professores com Graduação	30
Professores com Ensino Médio	11
Professores com Pós-Graduação	54

Total	95
--------------	-----------

2.6.7 - Relação Professor / Aluno – 2014

Quadro 2.28

Total de matrículas	1.313
Total de professores	95
Relação professor/aluno	13,82

2.6.8 - Fluxo Escolar – 2013

Quadro 2.29

Discriminação	Indicadores Educacionais		
Discriminação	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Taxa (%)			
Escolaridade líquida			
Aprovação	97,84	89,4	89,5
Reprovação	1,7	5,8	5,6
Abandono	1,3	4,8	4,9
Aluno p/sala de aula	20,6	20,7	29,1

Fonte: Censo Escolar 2013, Inep. Organizado por Meritt. Classificação não oficial.

3 – METAS E ESTRATÉGIAS

META 1:



Manter a matrícula 98,7% da educação infantil na pré-escola, para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, oitenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS

1.1 - Estabelecer com o apoio da União e Estado a expansão do Ensino Infantil segundo padrão Nacional de qualidade compatível com as peculiaridades locais: . Ampliar a rede física e suporte de equipamentos;

. Adequar e manter em condições pedagógicas, criando mecanismo de acompanhamento dos profissionais e educandos da Educação Infantil. Propiciar aos Educadores Formações Mensais equiparados pelos técnicos da SME que acompanham a Educação Infantil.

1.2 - Motivar a pós-graduação dos profissionais que trabalham na Educação Infantil.

1.3 - Garantir através de parcerias a disponibilização de matérias lúdica, para fortalecimento do ensino aprendizagem da Educação Infantil.

1.4 - Construir a proposta curricular da Educação Infantil, de modo a incorporar os avanços da Ciência no atendimento de crianças de 0 a 5 anos.

1.5 - Acompanhar o controle da frequência da Educação Infantil, na etapa Pré escola, exigindo frequência mínima de 60% do total das horas. (Lei12.796/2013);

1.6- Atender crianças de 0 a 5 anos, no mínimo, 4horas diárias.

META 2:

 **Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos concluem essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.**

ESTRATÉGIAS

2.1 - Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental;

2.2 - Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos(as) alunos(as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.3 - Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.4 - Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades;

2.5 - Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local;

2.6 - Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.7 - Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais em todas as escolas da rede;

2.8 - Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;

2.9 - Buscar estratégias para renovar e ampliar com recursos próprios e conveniados a frota de veículos para transporte dos estudantes em deslocamento a partir de suas realidades com vistas a reduzir a evasão escolar;

2.10 - Manter programa municipal de produção de material didático e de formação de professores para a educação do campo, com especial atenção as classes multisseriadas.

META 3:



Universalizar, até 2018, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos, até o final do período de vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS

3.1 - Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do(a) aluno(a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no série escolar de maneira compatível com sua idade;

3.2 - Garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.3 - Promover a busca ativa da população de quinze a dezessete anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social e secretaria de saúde;

3.4 - Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

3.5 - Desenvolver estratégias para fazer com que as escolas de ensino médio da rede estadual, tenha entrosamento com a Secretaria de Educação municipal numa visão de cooperação pedagógica, técnica e logística, socializando os alunos do ensino fundamental com os de ensino médio, bem como disponibilizando os acervos culturais e dependências físicas, reciprocamente;

META 4:



Educação Inclusiva

Garantir 100% da matrícula, para a população de 4 a 17 anos, com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular da Educação Infantil ao ensino médio observando a redução do número de alunos nas referidas turmas até o final da vigência deste plano.

ESTRATÉGIAS:

4.1 - Estabelecer regime de colaboração entre sistema municipal de ensino (Estado, Município e rede Privada) com o objetivo de promover a inclusão em todas as instituições de ensino no município;

4.2 - Promover política de educação inclusiva que incluam crianças de 4 a 17 anos, reconhecendo a existência de escolas especiais conforme previsto no Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011;

4.3 - Ofertar atendimento especializado AEE nas unidades escolares para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação até o final da vigência deste plano;

4.4 - Promover discussões, debates e fóruns para implementação e implantação da matrícula dos alunos com deficiência;

4.5 - Ofertar formação pedagógica de qualidade social para os professores que atenderem a esses alunos contribuindo com o desenvolvimento econômico, social e cultural do município;

4.6 - Definir os padrões de atendimento da educação especial, abrangendo aspectos relacionados à infraestrutura física, ao mobiliário e equipamentos, aos recursos didáticos ao número de alunos por turma, à gestão escolar e aos recursos humanos indispensáveis à oferta de uma educação de qualidade;

4.7 - Promover o fortalecimento ao acompanhamento e ao monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como zelar pela permanência e o bom desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.8 - Definir indicadores de qualidade e de política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação a partir do segundo ano de vigência do PME.

4.9 - Assegurar financiamento para aquisição de transporte escolar adequado a fim de atender aos alunos com deficiência que apresentem limitações físicas e mobilidades reduzidas.

4.10 - Garantir o direito à redução de 50% (cinquenta por cento) da carga horária de trabalho do responsável por pessoa com deficiência que requeira atenção permanente ou temporária, quando a presença do responsável for indispensável à complementação do processo terapêutico e inclusão.

META 5:



Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS:

5.1 - Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação

e valorização dos professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a até o final do terceiro ano do ensino fundamental alfabetização plena de todas as crianças;

5.2 - Instituir instrumentos de avaliação nacionais periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas;

5.3 - Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.4 - Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

5.5 - Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades;

5.6 - Fomentar a estruturação do ensino fundamental de nove anos com foco na organização de ciclo de alfabetização com duração de três anos, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano.

META 6:

 **Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos (as) alunos (as) da educação básica.**

ESTRATÉGIAS:

6.1 - Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos em processo de alfabetização (6 e 7 anos) na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

6.2 - Ampliar progressivamente a jornada escolar visando a expandir a escola de tempo integral, que abrange um período de, pelo menos 7 horas diárias, com precisão de infraestrutura adequada, professores e funcionários em número suficiente.

6.3 - Estabelecer parceria e acordos na política de acompanhamentos de alunos aos profissionais diversos do setor da saúde e da ação social, assim como criar um calendário de visitas destes profissionais para atendimento nas escolas visando estabelecer prioridades.

META 7:

 **Fomentar a qualidade da educação básica, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a elevar progressivamente a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb:**

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4.7	5.0	5.3	5.6
Anos Finais do Ensino Fundamental	3.9	4.1	4.4	4.7

ESTRATÉGIAS:

7.1 - Formalizar e executar o plano de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio pedagógico voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares;

7.2 - Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais e estaduais pelas escolas da rede para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

7.3 - Fixar, acompanhar e divulgar os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas municipais, e dar transparência à população assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos;

7.4 - Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.

META 8:

 **Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.**

ESTRATÉGIAS:

8.1 - Implementar, em colaboração com a União e com o Estado, programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.2 - garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental;

8.3 - promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e estimular a frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a ampliar o atendimento desses (as) estudantes na rede pública municipal de ensino;

8.4 - Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

META 9:

 **Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 95% (noventa e cinco por cento) até 2024 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o**

analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

9.1 - Assegurar, no âmbito do município, a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2 - Realizar diagnóstico dos jovens e adultos do município, com ensino fundamental incompleto, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3 Criar no âmbito do município, mecanismos de apoio e incentivo, para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização;

9.4 - Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração com a União e o Estado e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.5 - Incluir no Projeto Político Pedagógico das Escolas, o desenvolvimento de projetos pedagógicos específicos a realidade do público atendido, com ênfase nos temas transversais locais, de forma que os alunos preparem-se para trabalho no âmbito do município em que vivem com possibilidade de minimizar a evasão;

9.6 - Executar, em colaboração com a União e o Estado, ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos como o atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

9.7 - Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos a serem implementadas no município, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas;

9.8 - Construir um currículo que atenda às especificidades da modalidade tendo como ponto de partida as necessidades de aprendizagem do educando, considerando seus saberes e fazeres objetivando sua permanência e sucesso escolar.

META 10:

 **Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na profissional forma integrada à educação.**

ESTRATÉGIAS:

10.1 - Manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2 - Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.3 - Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.4 - Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

10.5 - Fazer levantamento dos jovens e adultos sem Ensino fundamental e Médio a fim de identificar demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.

META 11:

 **Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.**

ESTRATÉGIAS:

11.1 - Criar, até o final desse Plano, política de valorização dos demais profissionais da educação.

11.2 - Estruturar a rede pública municipal de educação de modo que até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo que estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;

11.3.- Assegurar até 2016 a Reformulação do Plano de Cargos e Carreiras do Magistério de modo a atender as demandas já existentes com garantia dos direitos dos profissionais em exercício.

META 12:

 **Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.**

ESTRATÉGIAS:

12.1 - Apoiar o funcionamento dos conselhos escolares em todas as escolas públicas municipais, através de ato legal tornando obrigatória a existência dos mesmos em plena atuação e funcionamento nas instituições de ensino.

META 13:

 **Apoiar a meta nacional que é elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.**

ESTRATÉGIAS:

13.1 - Fomentar a Pós Graduação em psicopedagogia para a qualificação da atuação dos profissionais da educação.

13.2 - Criar parcerias com IES ou universidades, de modo a ofertar cursos de pós-graduação lacto sensu para os profissionais do município.

13.3 - Propor cursos de formação continuada para professores da rede municipal de ensino, a fim de capacitá-los para o atendimento inclusivo eficiente e eficaz.

META 14:

 **Formar 50% dos Professores em nível de Pós-Graduação *lato e stricto sensu*, garantir a todos a formação e área de atuação.**

ESTRATÉGIAS:

14.1 - Realizar em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada a aderir à oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada as políticas de formação nacionais e estaduais.

14.2 - Instituir uma política Municipal de formação e valorização dos Profissionais da Educação, de forma a ampliar as possibilidades de formação em serviço.

META 15:

 **Oportunizar em regime de colaboração a política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que assegure a todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.**

ESTRATÉGIAS:

15.1 - Divulgar e atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes;

15.2 - Contribuir com a consolidação do financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da

Educação Superior - SINAES, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica;

15.3 - Aderir aos programas permanentes de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

15.4 - Divulgar e oportunizar o acesso a plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

META 16:

 **Colaborar com a meta nacional, que é formar em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.**

ESTRATÉGIAS:

16.1 - Apoiar a realização, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

16.2 - Cooperar na consolidação política nacional de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas;

16.3 - Contribuir com a expansão do programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, fortalecendo o acompanhamento dos recursos e favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

16.4 - Contribuir com a ampliação e consolidação do portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível;

16.5 - Apoiar a ampliação da oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica;

16.6 - Apoiar o fortalecimento de formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

METAS 17 E 18:

-  **Assegurar o cumprimento e a reformulação do Plano de Cargo e Carreira do Município.**
-  **Assegurar a existência de Plano de Carreira e Remuneração dos profissionais da educação do Município até o final de 2024.**

ESTRATÉGIAS:

17.1 - Manter, até o final desse plano a política de valorização dos profissionais da educação.

17.2 - Garantir que o Plano de Cargo e Carreira dos Profissionais da Educação Básica Pública tome como referência o Piso Nacional Profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do Art. 206 da constituição Federal.

18.1 - Criar, até o final desse Plano, política de valorização dos demais profissionais da educação e incentivar os profissionais efetivos graduados em Teologia a cursarem uma habilitação em área específica.

18.2 - Estruturar a rede pública municipal de educação de modo que até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 80% (oitenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo que estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;

18.3 - Assegurar até 2018 a Reformulação do Plano de Cargos e Carreiras do Magistério de modo a atender as demandas já existentes com garantia dos direitos dos profissionais em exercício.

META 19:

 **Assegurar condições, no prazo de 02 anos, para efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas.**

ESTRATÉGIAS:

19.1 - Reavaliar os critérios de nomeação de gestores escolar constantes no PCCS, priorizando a participação ampla dos diversos segmentos da comunidade escolar.

19.2 - Implementar política de formação de conselheiros no âmbito de todos os conselhos municipais. A política de formação pode ser exercida por meio de incentivo à adesão a cursos ministrados pelos Governos Estadual ou Federal.

19.3 - Incentivar a coordenação das conferências municipais, através da atuação conjunta entre a administração e conselhos de educação.

META 20:

 **Ampliar o investimento na Educação Municipal deliberando maior percentual dos impostos arrecadados ao longo do decênio.**

ESTRATÉGIAS:

20.1 — Garantir a aplicação do mínimo constitucional em educação estabelecida no Art. 212 da Constituição Federal.

20.2 — Ampliar mecanismos de acompanhamento dos Tributos municipais constantes na base de aplicação constitucional em educação.

20.3 — Fortalecer a transparência na apresentação periódica das despesas municipais com educação com o objetivo de melhor utilizar os recursos.

20.4 — Realizar os repasses do órgão de finanças Municipal para a Secretaria de Educação Municipal a cada decêndio, conforme prevê a LDB, buscando o fortalecimento do expediente do planejamento financeiro.

20.5 — Elaborar a análise do custo efetivo atual do aluno da rede municipal em suas diversas etapas e modalidades de ensino, com o objetivo de estimar o impacto de adequação do custo atual para o valor ideal (CAQ Municipal).

20. 6 — Estabelecer critérios, uma vez aprovado e regulamentado a fonte adicional de recursos provenientes da União, para a sua utilização, visando ao equilíbrio fiscal e aos bons resultados educacionais, refletidos em indicadores como SPAECE e IDEB.

20.7 — Assegurar o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas neste plano, condicionadas ao aumento das transferências do governo federal, de acordo com seu papel redistributivo, supletivo e colaborativo, assim como estabelecido no artigo 211 da constituição Federal e o artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** Censo Demográfico 2000 /2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado em: 10/02/2015

- ✓ **BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.** Liberações de Recursos. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes>. Acessado em: 04/03/2015.
- **BRASIL. Planejando a Próxima Década.** Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acessado em: 02/03/2015.

- **BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei 13005/14 | Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014.** Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>. Acessado em: 12/12/2014.
- ✓ **CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE.** Índice de Desenvolvimento de 2009/2010. Disponível em:
http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2014/Jaguaribe.pdf.
Acessado em: 12/02/2015.

- ✓ **BRASIL. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB – Lei nº 11.494/2007.**
- ✓ <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>

- ✓ **PACUJÁ. Prefeitura Municipal de Pacujá-CE.** Setor Financeiro de Pacujá-CE, 2015.

- ✓ **PACUJÁ. Prefeitura Municipal de Pacujá-CE.** Setor Pedagógico da Secretaria de Educação do Município de Pacujá – SME, 2015.